



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE VISEU “COMEMORATIVA  
DO TRIGÉSIMO QUINTO ANIVERSÁRIO DA  
REVOLUÇÃO DO VINTE E CINCO DE  
ABRIL”, DE DOIS MIL E NOVE**

-----No dia vinte e cinco de Abril de dois mil e nove, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo Senhor António Joaquim Almeida Henriques, secretariada pelos Senhores António Elísio de Jesus Dias e Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço, como primeiro e segundo secretários. -----

-----A Sessão teve início às onze horas, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aurélio Pereira Lourenço, Carlos Manuel Martins Correia, Custódio Figueiredo Ferreira (justificada), Jorge Manuel de Sousa Mota, Luís Filipe Teixeira Nunes, Pedro Filipe dos Santos Alves. -----

-----Verificada a existência de quórum o SENHOR PRESIDENTE DA MESA Inicia a Sessão dizendo o seguinte: “Então muito bom dia peço então que se sentem para dar início à nossa sessão extraordinária. Vamos então dar início da nossa sessão extraordinária comemorativa do trigésimo quinto aniversário do vinte cinco de Abril, começava por saudar, o Professor Daniel Bessa o nosso convidado especial da sessão, os nossos convidados, o Senhor Comandante do RIDE, Comandante da GNR, o Senhor representante do Governo Civil, o Senhor Capitão de Abril, todos os nossos ilustres convidados, saudava também o Senhor Presidente da Câmara e todos os Senhores Vereadores presentes, as senhoras, os senhores deputados, os convidados e saudava também, uma saudação especial para os cidadãos que nos estão a acompanhar através desta transmissão directa através da internet. A sessão que estamos aqui hoje a realizar por parceria com a Escola Profissional Mariana Seixas, está a ser transmitida através do site da Escola Profissional: [www.epms.pt](http://www.epms.pt), que é o site da Escola Profissional Mariana Seixas, está a ser também transmitido através do site do Instituto Politécnico de Viseu [www.ipv.pt](http://www.ipv.pt) a quem agradeço na pessoa do Dr. Sebastião, presidente do Politécnico, também a adesão a esta iniciativa, está a ser também transmitido em directo pela Viseu TV, portanto [www.vtv.pt](http://www.vtv.pt) e ainda através do site da Rádio no Ar e do Jornal de Centro, portanto são as entidades que aderiram e que estão a fazer a transmissão directa, portanto isto foi um como sabem, uma fórmula de os testar, fizemo-la numa conferência sobre violência doméstica e entendemos também que o vinte e cinco de Abril era também claramente a data indicada para fazermos esta transmissão de uma forma mais aberta para que efectivamente os nossos concidadãos que não puderam vir ao Solar dos Peixotos, o possam fazer no conforto das suas casas e portanto estou convicto que muita gente o estará a fazer. Feita esta saudação inicial esta sessão como sabem tem duas partes, tem uma parte mais formal de reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, alias numa tradição com mais de vinte anos, com a tradição de a ultima sessão de cada mandato ser feita na casa digamos assim da Assembleia Municipal e tem sempre uma primeira parte mais formal que é dada a palavra aos partidos políticos e ao Presidente da Assembleia Municipal que nestes últimos anos teve procurado sempre subordinar a comemoração do vinte e cinco de Abril a um tema e escolhemos este ano a Dimensão Social Económica do vinte e cinco de Abril como tema de comemoração digamos assim da Assembleia Municipal e nessa perspectiva formulei o convite ao Senhor Professor Daniel Bessa para que nos fizesse essa abordagem da Dimensão Social e Económica e portanto



queria publicamente e perante todos os convidados, os senhores e senhoras deputados agradecer a forma muito gentil e também espontânea como aderiu ao convite que lhe formulei e portanto na segunda parte vamos ter o privilégio de ouvir o Professor Daniel Bessa e abrir-se-á um período de perguntas e respostas que enriquece sempre as intervenções com a possibilidade de responder a alguma pergunta. Feita esta apresentação inicial e os agradecimentos, queria também aqui uma menção especial a toda a equipa da Escola Profissional Mariana Seixas, na pessoa do Doutor Paulo Nabais que juntamente com estes alunos que vêm aqui na sala, esta transmissão esta a ser feita por pessoas que estão neste momento a adquirir formação nestas áreas o que ainda a enriquece mais porque é uma forma de porem na prática os conhecimentos que tem vindo a adquirir. Esta equipa que está aqui a trabalhar connosco é coordenada pelo Doutor Paulo Nabais, a quem queria agradecer e também ao Doutor Rui Santos que desde a primeira hora que entusiasticamente aderiu a esta iniciativa. Dito isto vamos começar com a nossa Ordem de Trabalhos e começamos pela intervenção do Senhor Representante do Bloco de Esquerda, tem a palavra”.

-----SENHORA DEPUTADA MARIA DA GRAÇA MELO CABRAL MARQUES PINTO, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO BLOCO DE ESQUERDA – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “ excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhoras e Senhoras Autarcas, Autoridades Cívicas e Militares, Excelentíssimos Senhoras e Senhores Convidados no momento em que os saudosistas da ditadura tentam tirar proveito da justa insatisfação popular suscitada pela falta de informação ou as dificuldades criadas ao seu acesso, pela opacidade nas decisões da administração, a apropriação privada de dinheiros públicos, esvaídos em negócios escuros ou em má gestão, branqueando o significado do regime que durante décadas oprimiu o país, é mais do que nunca, necessário lembrar o que significou o regime ditatorial em Portugal e convocar os ideias de Abril e as transformações que tiveram lugar na sociedade portuguesa. A inauguração, no distrito, da requalificação de uma praça com o nome do ditador Oliveira Salazar, cujo regime foi derrubado pelo vinte e cinco de Abril é paradigmática desta tentativa de apagar a memória. A nosso ver, o que está em jogo é o branqueamento objectivo de uma figura que, como a de outros ditadores, entrou para a história pelas piores razões, promover o obscurantismo, o atraso económico e social e atentar contra os valores democráticos. Salazar foi durante décadas o representante do regime ditatorial que promoveu em Portugal a opressão económica e social e o obscurantismo. A mando desse regime que oprimiu o povo português durante décadas, milhares de cidadãos e cidadãs foram presos e torturados pela polícia política do seu regime, pelo simples facto de se oporem à ditadura. Em mil novecentos e setenta e quatro, uma guerra colonial injusta, que durante anos ceifou milhares de vidas inocentes de portugueses e africanos, aprofundou, irremediavelmente, a crise em que apodrecia o velho regime fascista. Há trinta e cinco anos pelas mãos dos capitães e do povo que desceu à rua, abriram-se perspectivas de paz, de democracia e participação cidadã, de melhoria das condições de vida dos portugueses e portuguesas e de solidariedade social. A revolução do vinte e cinco de Abril impôs a dissolução da PIDE/DGS e acabou com a Censura. Arrancou ganhos salariais significativos, conquistou o subsídio de férias e o décimo terceiro mês, construiu o Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito. Levou a Escola Pública e serviços essenciais a todos os cantos do continente e das regiões autónomas. Impôs a nacionalização de serviços essenciais, como o da produção e distribuição de energia eléctrica. O vinte e cinco de Abril, significou, também, um importante golpe no conservadorismo e abriu novos horizontes no combate às desigualdades com base no género, raça ou orientação sexual. A revolução, libertando-nos de uma ditadura, permitiu-nos estabelecer relações com todos os países e povos do Mundo,



em pé de igualdade. As relações seculares com os povos das ex-colónias, outrora marcadas pelo opróbrio do colonialismo, podem hoje desenvolverem-se fraternalmente, na base do respeito mútuo. E nem o facto de, nalguns casos, ao colonialismo português se terem sucedido cliques corruptas e rapaces autorizam qualquer visão saudosista sobre um passado muito negro de opressão e exploração coloniais. Os caminhos para ultrapassar a actual crise e financeira, passam, necessariamente, pela defesa das conquistas de Abril, do Estado Social e do aprofundamento da democracia. Democracia com serviços públicos de qualidade e para todos, em oposição às ondas privatizadas que vieram a seguir, para engordar banqueiros e gestores, alimentar offshore obscuros, manter contas na Suíça, sustentar ordenadões e prémios chorudos aos rapazes do costume. Tudo com os recursos públicos que são de todos e encaminhando a economia para o desastre que hoje está a vista de todos. O combate à corrupção a todos os níveis é um, hoje imperativo de respeito pelo vinte e cinco de Abril. Democracia com permanente atenção aos fracos, aos desempregados, aos trabalhadores precários, sem salário certo, sem direitos e sem futuro, aos mais excluídos do desenvolvimento desigual para que os do costume, à vez, vêm há anos a arrastar o nosso País. Democracia com cidadãos informados, democracia com rigor, com visão de futuro e com transparência, preservando acima de tudo o interesse público em detrimento dos interesses privados, seja na gestão económica e financeira, seja no planeamento e na gestão do espaço a urbanizar ou já urbanizado. Hoje, a democracia merece honrar as conquistas do vinte e cinco de Abril do mesmo plano à União Europeia, um novo espaço em que se decide o nosso futuro com povo e como país, um espaço em profunda crise económica, social e política, em resultado do liberalismo imposto em nome da ditadura do mercado. Democracia à escala europeia quer dizer uma refundação democrática em que, também na Europa, seja o povo quem mais ordena e não o mercado. Nos diplomas fundacionais da nova Europa terá de ser incorporado o que demais avançado existe em cada país, consagrado numa Constituição democraticamente discutida e aprovada. Bem sabemos que quem nos meteu na crise não nos fará sair dela. Mas, também aí, como em vinte e cinco de Abril, sabemos que a participação e a luta dos povos podem impor as necessárias rupturas políticas e encontrar novos protagonistas que lhe darão rosto. Termino com uma saudação justa e devida aos militares do vinte e cinco de Abril. Tiveram a visão de um país livre e mais justo, livre da guerra colonial, e tiveram a coragem de pegar em armas por ele. Aqui está uma vibrante lição de cidadania que a nossa história registará e um exemplo a que nós prestamos um sentido tributo. Viva o vinte e cinco de Abril”.

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social/ Partido Popular. -----

-----SENHOR DEPUTADO FRANCISCO ANDRÉ DINIS REIS MENDES DA SILVA, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL/ PARTIDO PPOPULAR: Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Excelentíssimos Senhores Presidente e membros da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhor Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos convidados e respectivo público quer o presente quer o que nos acompanha através da rádio e da televisão na Internet. Mais uma vez nos reunimos para celebrar a aquisição das liberdades cívicas e políticas, assinalando o aniversário da data cujos acontecimentos permitiram o caminho paulatino de reconhecido sucesso na conquista de uma sociedade democrática, progressista e plural. Pese embora a óbvia importância que reveste a mera lembrança desses acontecimentos, o CDS tem-se esforçado, em semelhantes comemorações de anos passados, por reflectir quais os conceitos e os usos da liberdade que melhor utilidade dela tiraram para o desenvolvimento de Portugal. Falámos bastante do presente e do futuro do país. Porém, sendo este o último vinte e cinco de Abril do corrente mandato, não queremos deixar de nesta circunstância



solene propor a discussão do futuro da Cidade e do Concelho de Viseu, de indagar o que com esta liberdade que nos foi legada pretendemos fazer dessa realidade colectiva – geográfica, social, cultural e económica que nos une. Que a cidade queremos e julgamos ser possível no futuro? Será o modelo de desenvolvimento que nos conduziu a estes primeiros momentos do Século vinte e um o mais adequado? Serão os pressupostos de facto em que ele foi construído os mesmos pressupostos com que teremos de lidar daqui em diante? A resposta não pode deixar de ser um decisivo “não”. Pensar o futuro deve sempre começar pelo diagnóstico do passado e do presente. Viseu é hoje uma cidade à qual são reconhecidas algumas indesmentíveis qualidades para a vida quotidiana daqueles que a habitam e para o lazer dos que a visitam. Viseu não tem, por exemplo, problemas insolúveis no campo da mobilidade, do ordenamento do território ou da aparência do espaço público. É bem verdade que nunca os teve e que nunca sofreu êxodos populacionais e pressões urbanísticas difíceis de controlar. Seja como for, não queremos ser outra coisa se não correctos e justos. E em virtude até do lamentável estado da maior parte do território urbano português, é um conforto assinalável que Viseu se apresente assim, bela e habitável, e que isso seja reconhecido por quem nos visita. A realidade é todavia – vista no seu conjunto, bem mais preocupante. Assiste-se em Viseu a um paradoxo importante e pernicioso: a mesma cidade que se vê visitada e admirada por turistas de fim-de-semana é a mesma que cada vez mais se vê abandonada por grande parte das suas gerações mais jovens, que aqui dificilmente encontram trabalho condizente com as qualificações que a muito custo – seu e das suas famílias – foram adquirindo. Viseu vive há muito numa anemia económica que nos deveria sobressaltar mais do que nos tem sobressaltado. Há anos e anos que se não instala ou cria em Viseu uma média ou grande empresa, com todas as consequências que isso tem no emprego e na qualificação do sector empresarial da região. Temos, por vezes, claro a sensação do contrário, quando é inaugurado um ou outro estabelecimento comercial de grande dimensão. Mas não nos deixemos enganar pelas aparências. Porque elas não revelam, nem de longe, nem de perto, o dinamismo que uma cidade com a importância histórica, administrativa e geográfica de Viseu poderia e deveria ter. Entendamo-nos: Viseu tem gente tão trabalhadora e empreendedora quanto as outras cidades. Viseu tem um tecido económico meritório e indispensável. Mas não o tem, ainda, nem na dimensão, nem na diversidade essencial à criação de uma massa crítica – industrial, intelectual – típica de uma capital regional desta relevância, das cidades charneira com que nos queremos comparar e que, em primeira e última análise, será sempre também um potenciador do crescimento da economia e das empresas que já existem. É triste a constatação – empírica e não só – da quantidade de jovens de Viseu que, tendo ido estudar para fora (ou não), se vêem impedidos de regressar e de aqui ingressar no mercado de emprego por inexistência de procura de trabalhadores com as suas qualificações. São esses os agentes da mudança e do desenvolvimento, mas a verdade é que os temos vindo a afastar. Percebe-se, em certa medida, o estado letárgico de grande parte do Concelho perante esta situação. Viseu tem tido um modelo de desenvolvimento assente em três suportes que tendem a desmerecer e a desincentivar o dinamismo da sociedade civil: fundos comunitários, transferências financeiras do governo central, tributação municipal alta. Assim se criou uma sociedade amplamente dependente do poder político municipal, uma sociedade cujas iniciativas – empresariais, culturais, artísticas – sentem sempre necessidade de procurar o patrocínio, o apoio, o sentido de oportunidade ou o mero beneplácito dos responsáveis políticos, como se estes fossem donos de toda a vida da cidade. Pois bem: mesmo que esse modelo de desenvolvimento não necessitasse já, só pelos seus próprios deméritos e insuficiências, de ser superado, a verdade é o quem o mesmo sê-lo-á pela dura acção da realidade que aí está. Como é sabido, os generosos fundos comunitários (a que o município se foi diligente e eficazmente candidatando) têm um fim próximo já agendado. Por outro lado, o período de recessão prolongada que se avizinha



levará a uma diminuição drástica das receitas arrecadadas pelo Estado, o que se repercutirá nas receitas atribuídas por ele aos municípios – sejam as receitas das transferências, sejam as dos impostos e taxas municipais. Viseu será, pois, forçada já a alterar drasticamente o seu modelo desenvolvimento. Será, no entanto, a oportunidade para se formular um novo contrato social municipal para as próximas décadas. Um melhor contrato social municipal. Será a hora de o Município se comportar, não só como prestador, mas também e essencialmente como um catalisador das sinergias do Concelho, espicaçando e dando espaço aos diversos agentes para a criação de uma massa crítica mais livre e progressista. Teremos de exigir, não só uma política de captação de investimento mais proactiva e descomplexada, à semelhança aliás de outros municípios, como também um quadro tributário mais amigo desse investimento. A concorrência fiscal entre municípios e regiões é um caminho que começou já a ser percorrido e, pese embora a falta de vontade de muitos em aceitá-la e os ainda ténues mecanismos legais que a permitem, trata-se de um caminho que não terá recuo. Teremos de exigir também a criação de condições para parcerias com e entre as empresas da região, entre estas e os agentes artísticos e culturais, aproveitando por exemplo os regimes legal e fiscal do mecenato, para a solução dos problemas do Concelho e para a sua projecção nacional e, porque não, ibérica. Não podemos, a propósito, desdenhar a importância que a arte e a cultura têm no desenvolvimento contemporâneo das cidades do mundo desenvolvido. Uma cidade que se abre à criatividade artística é uma cidade que, não só projecta muito além a sua influência, como vê a criatividade artística gerada ser um catalisador da sua criatividade económica. E, em bom rigor, não se vê por que razão Viseu não há-de ter um conjunto de eventos e certames culturais e artísticos de relevância, pelo menos, em toda a Península, que consigo elevem o tráfego e o perfil económico da cidade. Senhores e Senhoras bem sabemos que, no estado actual do desenvolvimento territorial, é em larga medida absurdo projectar o futuro de uma cidade sem o enquadrar no de uma região inteira. Mas essa é também uma discussão que, de uma vez por todas, se deve ter de forma rigorosa e decisiva. O que é que Viseu pretende ser? A terceira cidade economicamente mais importante de uma região administrativa criada e imposta centralmente? Ou a cidade em torno da qual, e em virtude de cujo dinamismo, se associam livremente todos os municípios que ao abrigo da sua influência queiram fazer parte de um projecto regional de fôlego e alcance superior ao da mera soma das partes? É importante que se faça esta pergunta, uma vez que os responsáveis políticos do Concelho não têm sido minimamente claros quanto à sua posição perante a mesma, umas vezes exigindo o reforço do municipalismo, com maiores transferências de competências e recursos, e mais liberdade associativa, outras mostrando abertura à solução regionalista. Excelentíssimos Senhores Presidentes, Membros da Assembleia e do Executivo, ilustres convidados e demais público: dirão alguns, com pessimismo, que as ponderações que aqui esquematicamente trago serão soterradas na cacofonia de um ano com três actos eleitorais, um deles autárquicos. Dirão outros, com mais boa vontade mas com algum cinismo, que estas preocupações serão típicas de um fim de ciclo, o qual possivelmente só acontecerá, por imperativo legal, daqui a quatro anos. Não partilho dessas ressalvas. Não partilho dessas ressalvas. Interessa-me fundamentalmente identificar, não o ciclo eleitoral, mas o ciclo económico, pensando, nos termos atrás referidos, o modelo de desenvolvimento que a ele melhor se adequa. E interessam-me menos os artifícios simplistas dos períodos eleitorais do que a discussão séria e descomplexada da vida em comunidade. É portanto este o convite que aqui deixo. Celebremos a liberdade, discutindo sem preconceitos a nossa terra, situação e oposição, desafiados e desafiadores, incumbentes e pretendentes, militantes e independentes. Façamos o futuro. Agora. Muito obrigado”. -----  
-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao Senhor Representante do Grupo parlamentar do Partido Socialista. -----





**-----SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS, REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA –** Faz a sua intervenção da seguinte forma: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores e Senhoras convidados com especial relevo para as Autoridades Militares e das Forças de Segurança, Senhores e Senhoras Membros do Executivo Camarário, representante da comunicação social e demais convidados, distintos cidadãos, um agradecimento especial também as Instituições que ajudam a transpor a comunicação para fora destas paredes o que aqui hoje está aqui acontecer. Concluída a descolonização, reintegrados com êxito cerca de seiscentos mil deslocados das antigas colónias, os primeiros cinco anos após Abril testemunharam a criação e reforço das instituições democráticas previstas na Constituição, quer a nível do Estado, quer das Regiões Autónomas, Municípios e Freguesias. A democratização das instituições foi construída sem trauma e sucessivamente aperfeiçoada, sem que se esquecesse o contexto estratégico europeu em que nos passámos a inserir como estado de direito. Requerida a adesão à União Europeia em setenta e sete, por Mário Soares, ela veio a ser firmada em oitenta e seis, também por Soares, em governos de bloco central. Aderimos ao Euro logo no primeiro grupo de doze estados-membros em mil novecentos e noventa e nove, protagonizamos com brilho três presidências europeias, em noventa e dois, em dois mil e em dois mil e sete, conseguimos a aprovação pelo Conselho Europeu da Estratégia de Lisboa, em dois mil e do Tratado de Lisboa em dois mil e sete. Quando perguntamos aos Portugueses quais as grandes conquistas de Abril ao lado da paz, da descolonização, das eleições livres, do fim da censura e da criação dos direitos dos trabalhadores, eles respondem invariavelmente: a melhoria geral das condições de vida, as infra-estruturas modernas, as pensões e demais apoios na luta contra a pobreza, o Serviço Nacional de Saúde e o acesso dos filhos a educação que lhes garanta vida melhor. É bom que todos nos recordemos que, logo nos primeiros vinte e cinco anos após Abril, o rendimento disponível das famílias mais que duplicou e reconhecamos que a nossa vida melhorou visivelmente. O progresso material mais palpável ocorreu nas condições de vida e habitação e muito ou essencialmente por acção dos Municípios. Durante esses primeiros vinte e cinco anos, os alojamentos com água canalizada chegaram a noventa e três por cento, com duche ou banho, a oitenta por cento, com electricidade a noventa e nove por cento, a oitenta e nove por cento no saneamento básico a noventa e um por cento das habitações tinham telefone fixo ou móvel no fim do século, cinquenta e seis por cento das famílias eram proprietárias de pelo menos um automóvel. A habitação própria, já noventa e um já ia pelos quarenta e cinco por cento, e tende como todos sabemos a subir este valor. É inquestionável o progresso material nas infra-estruturas: vias rápidas, auto estradas, melhores acessibilidades nas áreas metropolitanas, modernização da via férrea sobretudo no litoral ou quase exclusivamente no litoral, aeroportos, portos, terminais logísticos, banda larga nas comunicações, acesso democrático a computadores quer nas escolas quer nas famílias, quer no trabalho, Internet, telecomunicações públicas e audiovisual. No domínio social, as pensões são reconhecidas como o principal instrumento de luta contra a pobreza. Em setenta e quatro havia apenas oitocentos e trinta mil pensionistas, no final do século em noventa e oito eram já dois virgula quatro milhões. O subsídio de desemprego e o subsídio social de desemprego juntos, durante muitos anos sem significado, cobriram no final do século sessenta e sete por centos das situações de desemprego. Na década actual a segurança social instalou novas políticas de maior selectividade, encaminhando os apoios para quem mais deles precisa, como o rendimento social de inserção e, mais recentemente, o complemento solidário para idosos. A este último, o complemento solidário para idosos já com duzentos e cinco mil beneficiários regulares e cuidadoso escrutínio por teste de meios, é atribuível o recuo de dois pontos na pobreza, observado entre dois mil e cinco e dois mil e sete. Ao Serviço Nacional de Saúde bem como a melhoria do rendimento e



condições de vida são atribuídos uma boa parte dos notáveis ganhos em saúde que colocam Portugal entre os seis países do Mundo com melhores condições para as crianças e as mães em setenta, mil novecentos e setenta morriam oito mil e setecentas crianças com menos de um ano, em dois mil e sete morreram apenas trezentas e quarenta. Nas crianças entre um e quatro anos a regressão de mortes foi de vinte e seis mil, oitocentos para duas mil duzentos. Nas mães as mortes por causa ligada a maternidade, passaram de cento e vinte e quatro para menos três. Análogos sucessos, embora muito menores, se observaram nas doenças crónicas, como o cancro, as doenças cardíacas e cardiovasculares, os acidentes de viação e de trabalho, a tuberculose e a sida. Estes ganhos em saúde tiveram um elevado e justo económico, os gastos públicos com o Serviço Nacional de Saúde e demais sistemas públicos cresceram nos últimos quinze anos a um ritmo duas vezes superior ao da economia. A educação progrediu de forma notável, para vencer o atraso de séculos de obscurantismo e de cinco décadas de desinteresse político O analfabetismo geral, que era ainda de trinta e quatro por cento em mil novecentos setenta baixou para menos de dez por cento no total no fim do século e para menos cinco por cento na população até setenta e quatro anos. A percentagem de portugueses com Curso Superior passou apenas um virgula seis para mis de seis por cento, muito pouco ainda, é certo, mas o número de alunos inscritos no Ensino Superior Público e Privado quintuplicou de setenta mil para trezentos e quarenta e cinco mil nos finais dos anos noventa. Sendo que sessenta e três por cento, mais de metade são do sexo feminino. Outra grande conquista, esta mais recente, foi a educação pré-escolar que não existia em setenta e quatro. Tem hoje mais de duzentos e vinte mil alunos sendo que cinquenta e quatro por cento em instituições privadas. Os gastos em educação também duplicaram no período, também aqui tal como na saúde, estão a ensaiar ou até já executaram em outros sítios, modelos de cooperação entre o Estado e os Municípios que podem transferir ou delegar competências para níveis de administração de proximidade, com maiores ganhos de efectividade e eficiência. Meus Senhores e minhas Senhoras o vinte e cinco de Abril de setenta e quatro surgiu em momento de defluxo económico, após a primeira crise de petróleo de setenta e três. Os anteriores trinta anos do imediato pós guerra, com alto crescimento médio anual por toda a Europa, tinham passado. Em Portugal os anos do Marcelismo até aquela crise testemunharam, igualmente, a par de elevada inflação, um bom crescimento médio anual do produto. A subida drástica do petróleo em setenta e três logo, a primeira, e as convulsões sociais inevitáveis, a revolução levaram ao congelamento a zero do crescimento em setenta e quatro e a recessão de menos nove virgula cinco por cento em setenta e cinco, seguida de recuperação imediata até a segunda crise de petróleo a qual se reflectiu entre nós com uma recessão de menos um virgula quatro por cento em mil novecentos e oitenta e quatro. A situação melhora na segunda metade dos anos oitenta com os primeiros fundos comunitários e a desvalorização do dólar e a baixa do petróleo o que não impediu nova recessão em noventa e três, menos zero virgula nove por cento associada a reunificação alemã, recuperado o crescimento ritmos menores, ele volta a parar e mesmo a descer para zero virgula oito por cento em dois mil e três, por contracção forçada da procura interna iniciada no segundo semestre de dois mil e dois. Nova recuperação se seguiu com valores crescentes de zero virgula nove por cento em dois mil e cinco, zero virgula quatro em dois mil e seis, um virgula nove em dois mil e sete, para se cair em crescimento nulo em dois mil e oito, fruto da dramática e súbita recessão no quarto trimestre do ano passado. Como todos sabemos, o actual contexto internacional situa-nos na pior crise dos últimos cem anos. Teremos, segundo as últimas estimativas, entre menos três virgula cinco a menos quatro virgula um por cento de regressão económica, em dois mil e nove. Temos que arregaçar as mangas para vencer a dependência e a fragilidade com que sofremos as crises internacionais. Senhor Presidente, Senhores Membros do Executivo em trinta e cinco anos, apesar de a população residente ter registado mais um virgula sete milhões de



habitantes, contamos com mais um milhão de idosos do que tínhamos no vinte e cinco de Abril. Envelhecemos no topo da pirâmide e temos cada um de nós mais anos de vida a nossa frente, quem atingir a meta, por exemplo dos sessenta e cinco anos hoje tem uma elevadíssima probabilidade de alcançar os oitenta e três anos, com boa saúde mas também envelhecemos na base da pirâmide, temos hoje menos nascimentos, o nascimento do primeiro filho dois anos mais tarde do que o vinte e cinco de Abril, e famílias de menor dimensão com menos de três elementos. A nupcialidade baixou para quase metade, em setenta e quatro celebraram-se oitenta e dois mil casamentos, quarenta e seis mil em dois mil e sete. Em mil novecentos e setenta e seis os divórcios eram, menos de dez por cento dos casamentos, sete virgula seis, hoje são quase cinquenta e cinco dos casamentos. Senhor Presidente e Senhores Membros do Executivo e Senhores Deputados temos orgulho em muitas decisões tomadas em trinta e cinco anos de desenvolvimento económico em plena liberdade e do papel que o Partido Socialista, desde a primeira hora, desempenhou neste processo. Algumas vezes, muitas vezes, mas nem sempre, acompanhado por outros partidos. Orgulhamo-nos, com boas razões, da democratização, da integração na Europa, do desenvolvimento económico, das conquistas sociais que Abril trouxe dentre as quais destacamos a sustentabilidade e alargamento da Segurança Social e o aperfeiçoamento constante do Serviço Nacional de Saúde. Orgulhamo-nos da coesão social e da luta contra a pobreza que ambos permitiram. Honra-nos a iniciativa da criação do rendimento social de inserção, do complemento solidário para idosos, do abono de família no terceiro mês de gravidez, no salário mínimo histórico de quatrocentos e cinquenta euros em dois mil e nove, tão simbólico como o foram os três mil e trezentos escudos do salário mínimo em setenta e quatro. Orgulhamo-nos da rede de creches, da criação da pré-primária e desde há dias obrigatoriamente do décimo segundo ano, para cuja concretização é essencial uma cooperação frutífera entre o Estado e os Municípios através de eficaz transferência de competências. Orgulhamo-nos da imigração legalizada, lei da nacionalidade, da lei da paridade, das medidas de defesa da Saúde Reprodutiva da mulher, da defesa da saúde dos fumadores passivos, das novas unidades de saúde familiares que oferecem médico de família a mais de duzentos e quinze mil portugueses, dos cuidados continuados integrados com já dois mil e quinhentos novos lugares para idosos doentes que não necessitam de hospitalização, da recente gratuitidade de medicamentos genéricos a todos os pensionistas abaixo do salário mínimo. Como nos orgulhamos do ensino técnico-profissional que ajudamos a reforçar e generalizar e da formação permanente através do programa “Novas Oportunidades”. Sabemos que muito falta realizar: a regionalização administrativa do Continente, a reforma de uma justiça demorada e dispendiosa, a correcção dos efeitos da baixa escolaridade de décadas e das altas taxas de abandono e insucesso escolar, prevalentes até há pouco tempo. A lenta mudança do padrão produtivo da nossa economia. O facto de as remunerações do trabalho terem baixado cerca de oito pontos percentuais no PIB, entre mil novecentos e setenta e três e os nossos dias, preocupam-nos sobremaneira. Gostaríamos que a taxa de poupança, em trinta e cinco anos, não se tivesse reduzido tão rapidamente para metade, embora reconheçamos que tal possa ser parcialmente explicado pelo correspondente alargamento da protecção social pública às famílias. Gostaríamos que a crónica dependência energética não tivesse pesado como pesou na nossa dívida externa, cerca de cinquenta e cinco por cento dela, apesar dos esforços recentes nas energias renováveis que nos permitirão atingir facilmente a meta europeia de quarenta e cinco por cento em dois mil e dez. Gostaríamos de poder manter abertas ou tecnologicamente renovadas indústrias que a globalização, entre nós, tornou ineficientes. Pretendemos todos nesta sala que a crise nas indústrias têxtil, de calçado e automóvel possa ser rapidamente vencida, também com as ajudas à formação profissional que se estão a organizar. O País está a responder com energia e criatividade na capacidade produtiva e com solidariedade e ânimo reforçado nas medidas activas e passivas de





emprego para combater o mais duro e resistente dos efeitos associados ao drama do desemprego o qual infelizmente tenderá a prolongar-se por mais algum tempo, para além do fim da crise económica. Energia, inteligência, empenho solidário e muita disciplina são os elementos indispensáveis nos tempos difíceis que vivemos. O papel dos Municípios é, aqui e em toda a crise, da maior importância. Quer reduzindo até ao limite da sua sustentabilidade o direito à punção fiscal que a lei lhe confere, quer criando medidas activas de emprego a nível local, quer ainda associando-se, e bem, à sociedade civil em novo impulso de generosidade social para apoio social transitório aos mais atingidos pela crise. A bancada a que pertenço está naturalmente disponível para apoiar e ajudar a construir iniciativas desta natureza. E termino Senhor Presidente aprendamos com Abril, com a pacífica revolução dos cravos que quase não derramou sangue. Com a capacidade, de acolhimento dos antigos deslocados das colónias, com a sua iniciativa empresarial e capacidade de assumir riscos, com a tolerância perante ideias, credos e raças diferentes que sempre nos caracterizou. Aprendamos com as opiniões dos outros, mesmo no auge do combate político pelas ideias que sufragamos. Aprendamos com a paz em que vivemos, com a democracia que praticamos e com o trabalho que realizamos”.

-----O Senhor Presidente da Mesa, dá a palavra ao representante do Grupo Parlamentar do Partido Social-democrata. -----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA,  
REPRESENTANTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIAL

DEMOCRATA – Faz a sua intervenção do seguinte modo: “Excelentíssimo Representante da Câmara Municipal, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Excelentíssimas Autoridades Cívicas e Militares e Excelentíssimos Senhores, Excelentíssimos Senhores convidados. As primeiras palavras são de homenagem aos homens que fizeram a Revolução, aos Heróicos Militares de Abril e a todos os que lutaram pela implantação de um Regime Democrático. Trinta e cinco anos que mudaram Portugal, modernizando-o em termos económicos, sociais e culturais, transformando-o num País moderno, europeu, livre e respeitado no contexto das Nações. Comemorar Abril no ano dois mil e nove, no início do século vinte e um, é também reflectir sobre a liberdade, a solidariedade, a crise de valores, o Estado de Direito e a cultura de legalidade, a transparência das Instituições e a moralização da vida pública, a necessidade de uma Sociedade Civil forte, liberal e autónoma em relação ao Estado. Comemorar Abril em dois mil e nove é pensar nas expectativas, nas promessas, nas utopias de setenta e quatro e na situação actual. Comemorar Abril em dois mil e nove é manter viva a memória para gerações vindouras sobre o regime conservador, autoritário que governou Portugal durante quase cinco décadas, é não esquecer que houve censura e exame prévio, ausência de liberdade de expressão e pensamento, que existiram tribunais especiais, prisão política, presos políticos, as manifestações e greves eram proibidas e existia um único partido. Comemorar Abril em dois mil e nove é manter vivo o sonho e o ideal do Movimento das Forças Armadas, de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária. É justo nestas comemorações homenagear o Poder Local Democrático, uma das maiores conquistas de Abril, pelo trabalho que tem realizado em prol do desenvolvimento, principalmente numa altura em que as assimetrias regionais são uma evidência, e se assiste cada vez mais a litoralização do investimento público, em que as questões de equidade territorial e da igualdade de oportunidades são esquecidas, em prol de uma estratégia de encerramento de serviços públicos, que agravou e irá agravar os problemas da interioridade. O Estado de Direito Democrático está consolidado, mas é preciso melhorar a qualidade da nossa democracia e termos consciência que os Portugueses estão insatisfeitos, distantes, muito críticos em relação ao funcionamento da democracia, dos Partidos Políticos e ao comportamento da classe política. As desigualdades sociais e económicas aumentaram. Há uma situação séria de pobreza e



aumentou o fosso entre ricos e pobres. As mordomias e os gastos supérfluos de alguns gestores públicos e titulares de cargos públicos. Chocam. O desemprego é uma praga social. A corrupção alastra. Como é possível que passados trinta e cinco anos, o legado para as gerações vindouras seja um futuro sombrio. Como é possível que passados trinta e cinco anos, após a consolidação das Instituições Democráticas, se assista ao desinteresse, à desconfiança, ao distanciamento dos Portugueses em relação à actividade política. Como é possível que passados trinta e cinco anos, nada tenha sido feito de significativo para mudar a situação. Ano após ano, legislatura após legislatura referem-se as causas, apontam-se soluções e nada se faz. Reforma do Sistema Político, incluindo a Reforma do Sistema Eleitoral, análise das funções de Estado, descentralização Administrativa, valorização do papel da Sociedade Civil, combate à corrupção. Deve haver reflexão mas também decisão sobre este e outros temas recorrentes, colocando-se um ponto final, contribuindo deste modo para a melhoria da imagem e dignificação da classe política. Mas o que não é admissível, não é aceitável é que passados trinta e cinco anos da Revolução de setenta e quatro, a corrupção ocupe o espaço mediático, seja objecto de preocupação dos Altos Magistrados da Nação, “manche” a classe política, quebre a confiança dos Portugueses nas Instituições Públicas, nos Partidos Políticos e nos agentes políticos. Durante semanas, em épocas especiais, geralmente eleitorais, políticos, comentadores, jornalistas discutem, comentam, apresentam-se propostas e contra-propostas, às vezes com enorme alarido e, passado algum tempo, deixa de estar na agenda política e fica tudo na mesma, para retomar, passado algum tempo e depois novamente o silêncio. E depois admiramo-nos que a corrupção comece a ser um processo banal, desvalorizado socialmente, que se instale a ideia que os corruptos nunca são apanhados, que seja quase natural um certo clima de compadrio, de favores, de esquemas. A corrupção é um dos maiores problemas das Sociedades Modernas, um problema Central na Sociedade Portuguesa, um dos factores mais corrosivos na relação de confiança que deve existir entre cidadãos e classe política. O Senhor Presidente da República disse que a corrupção aprofunda as desigualdades existentes na sociedade. O Senhor Procurador-geral da República referiu que a corrupção está aí tão viva como sempre minando a economia, corroendo os alicerces do Estado Democrático. O Senhor Jorge Sampaio em dois mil e cinco defendia a revisão criteriosa das leis anti-corrupção e a introdução da “inversão do ónus da prova”. Político como o Engenheiro João Cravinho refere que há uma política de silêncio generalizada em relação à corrupção. Como diz uma Magistrada o combate à corrupção é um combate de todos os dias, em evolução permanente, que nunca tem fim. Se há consciência colectiva do problema, porque continuamos a ouvir que faltam meios, o quadro legal é desajustado, o número de condenados é ínfimo em qualquer expressão estatística. A corrupção tem que ser dissuadida pela sociedade, punida pelas leis e repudiada pela opinião pública. Tem que ser prevenida, investigada, combatida e punida exemplarmente. Se há necessidade de legislar sobre a criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos políticos, o levantamento do sigilo bancário, e dadas maiores garantias a quem cooperar com a justiça que se legisle nesse sentido. Se há necessidade de haver mais recursos, que sejam disponibilizados. O que não é aceitável é nada fazer, ou dizer-se que se faz e não fazer. E deixar as suspeitas se generalizarem continuar o descrédito, a quebra de confiança e de credibilidade da classe política e a descredibilização da Poder Judicial. É preciso acção a Bem de Portugal. É preciso dizer que a gestão da crise pública é nobre e digna, que a dedicação à causa pública não precisa de recompensas porque é uma missão. Como diz o Doutor Mário Soares e passo a citar é preciso separar a política dos negócios, fazer uma pedagogia do serviço público que é uma honra para quem o pratica de uma maneira séria e honrada. Não pode ser uma maneira de subir na vida, muito menos, de fazer fortuna. Na carta Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa é referido que a vida política é uma vocação e missão ao serviço do bem comum. Os políticos devem ter um comportamento



honesto, humilde e competente. É preciso valorizar a noção de integridade e de exigência ética, com inteira fidelidade aos princípios da Ética Republicana. Os nossos concidadãos têm de acreditar, de confiar que a corrupção irá ser combatida e que os corruptos vão ser punidos – judicialmente, politicamente e socialmente. Como refere a Senhor Presidente da República e passo a citar temos de deixar aos nossos filhos e netos um regime em que sejam governados por uma classe política qualificada, em que a vida pública se parte por critérios de rigor ético, exigência e competência, em que a corrupção seja combatida por um sistema judicial eficaz e prestigiado. Trinta e cinco anos após o vinte e cinco de Abril já não se questiona a liberdade e a democracia, mas a necessidade de aprofundar a nossa democracia, de haver uma maior personalização das eleições com um número maior de aproximação aos eleitores. É altura de resolver esta situação e realizar uma Reforma do Sistema Político de um modo consensual. É ou não necessária esta reforma? Se é, concretize-se e acabe-se de vez com este tema recorrente, o álibi permanente, a desculpa de ocasião, o “fait-divers” quando necessário. Há ou não necessidade de proceder à Reforma do Sistema Eleitoral, com a introdução dos Círculos Uninominais, assegurando-se a genuidade e a legitimidade da representação e melhorando-se a aproximação dos eleitos aos eleitores e melhorando-se a aproximação dos eleitos. Há ou não necessidade de rever a Lei Eleitoral Autárquica? Há ou não necessidade de tomar medidas para a valorização do papel da Assembleia da República e reduzir o número de deputados? Há ou não necessidade de limitar os mandatos executivos dos cargos políticos e da administração pública e introduzir um sistema de exclusividade? Há ou não necessidade de haver um financiamento exclusivamente público dos Partidos Políticos e estabelecer limites mais realistas aos gastos das campanhas eleitorais e introduzir mecanismos de fiscalização adequados e punição exemplares? Há ou não necessidade de haver reforço de transparência na regulamentação dos inquéritos de opinião e das sondagens? Passados trinta e cinco anos da Revolução há necessidade de estar atento às tentativas de controle da comunicação social e às denúncias públicas de existência de pressões sobre os jornalistas, sejam elas directas, indirectas ou camufladas. Numa sociedade mediatizada, em que os políticos estão cada vez mais dependentes dos média, precisamos de Órgãos de Comunicação Social de qualidade, livres e independentes, com critérios deontológicos, que sejam um espaço em liberdade e de preservação do direito de opinião. Precisamos de jornalismo de investigação e de jornalistas e redacções não domesticáveis. O controlo público das figuras públicas é essencial na vida política em liberdade, incluindo as suas carreiras pessoais e profissionais. O escrutínio é um dever dos média, como refere o candidato ao Parlamento Europeu que passo a citar numa democracia é imprescindível o escrutínio e a crítica do poder político pela comunicação social. É preciso saber tolerar a independência da informação, porque conforme referia um jornalista os que mais tentam usar os «média» são os que mais protestam quando não resulta, mas como sabemos perante os desastres das governações começam os ataques aos média. Bom senso político precisa-se, não vale tudo na preservação do poder, a liberdade de expressão e informação, a liberdade e a independência dos Órgãos de Comunicação Social são essenciais para a Democracia e a dinâmica da nossa sociedade. Meus Senhores e minhas Senhoras numa altura em que à crise nacional se somou a crise internacional é preciso que os titulares de cargos políticos estejam à altura da situação e sejam um exemplo de rigor, de seriedade e de transparência na utilização do dinheiro dos contribuintes, um referencial de valores éticos e políticos e de dedicação ao Bem-Comum. Numa altura em que centenas de milhares de portugueses estão a passar sérias dificuldades para sobreviver no dia a dia e outros vêem o seu futuro negro. Numa altura em que o desemprego cresce diariamente e milhares de jovens não encontram trabalho, em que as desigualdades económicas e sociais se acentuam se assiste a falências diárias de empresas, a insegurança aumenta e se pedem sacrifícios e se apela a solidariedade dos Portugueses são precisos exemplos a todos os



níveis da sociedade, a começar pelos titulares caros políticos que tem de abdicar de privilégios e mordomias e inclusive os gestores públicos tem de ter limites nos vencimentos e prémios. Não se pode pedir aos contribuintes, que façam sacrifícios, paguem mais impostos e as Instituições e Empresas Públicas continuem a esbanjar os dinheiros públicos em mordomias, em prémios vergonhosos, em projectos públicos faraónicos à custa do dinheiro dos contribuintes. Há necessidade de uma política de austeridade pública a nível local, regional e nacional. Não pode também haver diferenças entre o cidadão político e não político. É absolutamente imprescindível que exista igualdade de tratamento entre os titulares de cargos políticos e os restantes cidadãos no domínio das remunerações, das reformas, no cumprimento da lei, das regras e das condutas da sociedade. Estas opções tem de ser feitas com convicção, sem falsos moralismos, sem populismos encantatórios, porque uma sociedade em permanente mudança com uma crise social e uma crise geral de valores, o descontentamento e as dificuldades dos cidadãos poderão originar uma crispação social e política de contornos e alcance imprevisíveis. É preciso enfrentar a crise também falando verdade, sem ignorar a realidade. É preciso enfrentar a crise sem malabarismos políticos sem resposta precipitadas e casuístas numa constante fuga para a frente, é preciso enfrentar a crise ouvindo, reflectindo e informando os portugueses com verdade sob as escolhas fundamentais alargando a participação da tomada de decisão. Não se governa com anúncios encenações e palavras, como dizia De Gaulle na política as intenções não contam apenas os resultados. Temos que ter consciência de que em termos económicos e sociais estamos a regredir a um ritmo alucinante sem se verem sinais de retoma. Não bastam discursos algo optimistas, anúncios e apresentações de projectos, apelos ao consumo, dá-se a entender que se tem soluções para tudo, todos os problemas que surjam distribuindo milhões, de certeza que não será assim que a crise será ultrapassada precisamos de verdade, de coragem, liderança, de homens estado competentes, decididos e íntegros. De menos retórica e mais acção, precisamos de apelar aos portugueses, a todos para que em conjunto ultrapassamos mais esta fase difícil do nosso país. Como dizia António Sérgio o maior crime para o democrata é o de considerar os outros como meio e não como fins. Temos de acreditar, temos que ter esperança e confiança no regime democrático, nos ideais de Abril, em Portugal e nos portugueses”. ----  
-----Por último usa da palavra o SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU – ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES – Faz a sua intervenção dizendo o seguinte: “Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Professor Daniel Bessa, caros convidados, permitam-me que faça aqui três ou quatro referências especiais, uma ao “Capitão de Abril”, ao Senhor Coronel Costeira, uma referência especial também aqui, ao Senhor Comandante do RIV, aliás, uma instituição que teve um papel relevante no Vinte e Cinco de Abril. Referência também ao Senhor Comandante da GNR, ao representante do Senhor Governador Civil, às Senhoras, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Comemoramos hoje os trinta e cinco anos do Vinte e Cinco de Abril, cumprindo uma tradição da nossa Assembleia Municipal de Viseu que se reúne hoje no seu espaço natural, a Sala Engenheiro António Coelho de Araújo, local onde se realizam as nossas sessões periódicas. Portanto, não queria deixar de na Sessão de Vinte e Cinco de Abril fazer uma primeira evocação de alguém que foi uma grande referência para nós e que deu o nome a esta sala. Este ano escolhemos como tema a dimensão social e económica do Vinte e Cinco de Abril, convidando para a sua abordagem um reputado cidadão, economista consagrado, o Senhor Professor Daniel Bessa, a quem desde já e mais uma vez agradeço a forma pronta e simpática como aceceu ao nosso desafio. Estamos certos de que nesta comemoração do Vinte e Cinco de Abril, da forma singela como o fazemos, vai ser um momento alto da nossa Sessão. Por outro lado, esta Sessão está a ser, pela primeira vez, transmitida em directo através da Internet, proporcionando aos nossos cidadãos acompanharem os



trabalhos sem necessitarem de se deslocar ao Solar dos Peixotos. Também aproveito mais uma vez para saudar todos os que nos estão a acompanhar através da NET e para cumprimentar e agradecer à Escola Profissional Mariana Seixas, nas pessoas do Doutor Rui Santos e Doutor Paulo Nabais, que aqui está a coordenar o trabalho. Uma palavra também de agradecimento à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, que em todas estas Sessões do Vinte e Cinco de Abril, se associam de uma forma generosa e aliás, o almoço que teremos a seguir no Solar do Vinho do Dão, é ofertado pela Câmara Municipal de Viseu. Com efeito, o Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro, foi um momento central na nossa história contemporânea. Se olharmos para trás, verificamos que Portugal evoluiu muito desde Abril de setenta e quatro em todas as suas dimensões sociais e económicas. Os indicadores da mudança económica e social dos últimos trinta e cinco anos confirmam a evolução marcante do nosso País, que hoje possui modernas infra-estruturas rodoviárias e de transportes, onde a esperança de vida aumentou significativamente, como aqui já foi referido e em que a generalidade das pessoas tem o acesso a todos os níveis de ensino. Hoje, trinta e cinco anos volvidos, compreendemos melhor que nunca sem democracia não há verdadeiro desenvolvimento e que a democracia se reforça e prestigia na base de um país moderno, evoluído e desenvolvido. Não temos hoje felizmente um problema de democracia. Mas temos um desafio que a todos convoca, que é contribuir para a melhoria da qualidade da nossa democracia e acho que é um ponto central do momento de que vivemos. Vencer este desafio pode exigir novas leis, pode exigir novas regras, mas sobretudo exigirá novas normas de conduta. Exige também, sobretudo, uma nova atitude política e um novo modelo de desenvolvimento. A democracia reforça-se quando os cidadãos participam, quando os governantes decidem, quando os autarcas realizam, quando o poder é exercido com convicção e sem arrogância, quando as convergências se procuram com vontade e com seriedade, quando as divergências são assumidas com respeito, elevação e sentido de responsabilidade. E trinta e cinco anos depois do Vinte e Cinco de Abril, permanece um desafio essencial, um desafio de maturidade de exigência e de responsabilidade. Um desafio que o crescimento económico e democrático reclama. Um desafio que os cidadãos legitimamente exigem. Desenvolver o País é essencial para reforçar a confiança dos cidadãos na democracia e nas instituições do Estado de Direito Democrático, sobretudo num momento tão difícil como este que hoje vivemos. Aliás, a ideia de desenvolvimento foi decisiva, ao longo destas três décadas, para ajudar a consolidar e a reforçar a nossa jovem democracia. De facto, em trinta e cinco anos e todos o reconhecemos, Portugal passou de um País fechado e pobre, para um país democrático, dinâmico e mais aberto, social e economicamente. Um País com um lugar de destaque no Mundo, membro activo e participativo das mais prestigiadas Organizações Internacionais e também com protagonistas internacionais, dos quais destaco aqui, Durão Barroso, Jorge Sampaio, António Guterres. São hoje claramente protagonistas também na cena internacional. Longe vão os tempos em que os portugueses não podiam votar em liberdade, em que a censura e o despotismo limitavam a liberdade de expressão. Longe vão os tempos em que os trabalhadores não tinham direitos, em que as mulheres tinham que pedir autorização aos maridos para se deslocarem ao estrangeiro, em que o País vivia isolado da Europa e do Mundo, sem modernidade e sem perspectivas. Muitos Portugueses, principalmente as gerações mais novas, não têm noção de como era viver antes do Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro. Como era viver num País sem liberdades e sem democracia. Um País com os índices de desenvolvimento próprios do Terceiro Mundo, com grande desigualdade social e com um produto por habitante abaixo de metade da média europeia, é bom recordar estes dados. Um País sem vias de comunicação, recorde-se que na altura tinha uns oitenta quilómetros de auto-estradas, sem educação, saúde e segurança social para todos. Os jovens, que têm a Democracia como adquirida e não sentem a memória de uma revolução que não viveram, devem compreender que sem o





Vinte e cinco de Abril, não teríamos a evolução e o progresso que hoje marcamos. Entendo que é crítico que vamos recordando a estes jovens o percurso que o nosso País fez. O Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro, veio de facto, marcar uma viragem histórica no nosso País. E de então para cá tem sido de grandes mudanças. Mudanças na família, na educação, nas condições de vida, na saúde, na segurança social, na economia e na própria participação política. Hoje olhamos à nossa volta e vemos como se modernizaram as infra-estruturas rodoviárias e de transportes, passámos como já referi de oitenta quilómetros de auto-estradas para cerca de dois mil quilómetros que hoje em dia podemos percorrer. Vemos como a qualidade de vida da população cresceu visivelmente. Como a esperança média de vida, aqui também já foi referido, aumentou. E como a maioria da população já tem acesso a todos os níveis de ensino e meios de equipamentos culturais. É justo reconhecer também a importância da integração europeia para o nosso desenvolvimento. A integração na Europa foi claramente uma condição para o caminho percorrido. Sem esta integração europeia, e tudo o que ela representou de estímulo ao progresso do País, de apoio ao desenvolvimento das nossas infra-estruturas, de criação de um mercado aberto para a nossa economia, dificilmente teríamos construído o Portugal que hoje temos. E numa Sessão como esta em que a dimensão social e económica é o que queremos debater, eu entendi que deveria nesta intervenção deixar aqui alguns dados, que são dados objectivos, mas também são dados que nos levarão a reflectir, porque se há aspectos em que evoluímos há outros aspectos em que regredimos e há aspectos que devem merecer hoje a nossa preocupação e a nossa reflexão. De facto, as tendências demográficas nos últimos trinta e cinco anos, apontam para um crescimento rápido logo a seguir ao Vinte e Cinco de Abril, sabemos a causa dessa razão, para nos anos oitenta e noventa estagnar este crescimento e o modelo ser hoje, como também já aqui foi referido, de envelhecimento, sendo visíveis profundas mudanças na sociedade a nível de valores, representações sociais, distribuição interna e até ao nível ético. A mobilidade social ascendente, que marca este período, passa pela transferência intersectorial de actividades e pela muito rápida progressão da participação feminina na actividade profissional, acompanhada das exigências de qualificação, da democratização do ensino e aumento das percentagens de níveis de escolaridade médias e superiores. Até ao Vinte e Cinco de Abril de setenta e quatro, era o Estado quem tutelava os sindicatos. Com a revolução conquistou-se a liberdade sindical, foram criados novos sindicatos, o direito à greve regulamentado. Só foi em mil novecentos e setenta e sete, que Portugal ratificou a Convenção Internacional do Trabalho, convém referi-lo, foi há muito pouco tempo, onde se inscrevia a liberdade e protecção sindical. A partir dos anos setenta, Portugal assiste a uma alteração de valores, caracterizada essencialmente pela maior aceitação das diferenças. O mesmo sucedendo relativamente aos papéis do casal, com o homem a participar mais activamente nas tarefas domésticas e na educação dos filhos. As famílias derivadas das uniões de facto, generalizaram-se, o divórcio aumentou e o planeamento familiar tornou-se corrente. No sector da habitação, o pós Vinte e Cinco de Abril ficou caracterizado pelo crescimento de indivíduos detentores de casa própria. Em mil, novecentos e sessenta, e na altura não havia estatística tão fiável, calcula-se que apenas quarenta e cinco por cento das famílias eram proprietárias de domicílio próprio. Em noventa e um esse número ascendeu aos sessenta e cinco por cento e hoje estará acima dos setenta por cento. O mesmo se regista relativamente ao número de fogos construídos. Se forem tidos em conta os indicadores de setenta a noventa e dois, pode concluir-se que, enquanto em mil novecentos e setenta cerca de sessenta e quatro, vírgula dois por cento dos fogos se encontravam ligados à rede pública de electricidade e foi há muito pouco tempo que isto aconteceu e só quarenta e sete, vírgula sete por cento, estavam ligados à rede pública de abastecimento de água em noventa e dois. Hoje os valores médios andarão na ordem dos noventa e oito por cento e realce-se que no caso concreto do nosso Município, deve ser o único, um valor que a todos



nos orgulha, com valores médios muito acima daquilo que é a média Nacional. Em setenta e três a média era de oito telefones para cem habitantes. Que dizer hoje deste indicador, enfim, quer no telefone fixo, quer na forma como a telefonia móvel, hoje estamos face ao Mundo. Também no domínio da população convém aqui registar alguns dados. De facto, nas últimas décadas, a população residente em Portugal, passou de cerca oito, vírgula seis milhões para actualmente cerca de dez milhões e meio. No entanto, a evolução do crescimento demográfico de Portugal nestes trinta e cinco anos não foi uniforme – as décadas de setenta e noventa foram de crescimento, ao passo que os anos oitenta se caracterizaram pela estagnação. Desde setenta e quatro a população tem sofrido um crescimento moderado, tendo inclusivamente no final dos anos oitenta até ao início da década de noventa diminuído ligeiramente. A partir dessa data, o crescimento demográfico deixou de ser explicado pelo movimento natural, portanto, diferença entre nascimentos e óbitos e passou a ser explicado pelos movimentos migratórios, nomeadamente pela imigração, que é um dado extremamente importante no desenvolvimento do nosso País. Verificou-se também de facto, um acentuado declínio da natalidade. Por exemplo, o número de nascimento – nados-vivos – que rondava os cento e oitenta mil em meados da década de setenta, em dois mil e dois era pouco abaixo dos cento e dez mil e actualmente (dados de dois mil e sete) a natalidade continua a baixar, situando-se agora em um, vírgula trinta e seis crianças por mulher em idade fértil. Os portugueses, tal como acontece nos outros países europeus, têm vindo a retardar a natalidade e também a diminuir o número de filhos. A taxa de natalidade passou para dez por cento em dois mil e seis, o que significa que não está a ser feita a renovação de gerações, o que só é possível com dois, vírgula um crianças por mulher. Também este dado é preocupante, não só para Portugal, mas também para a Europa num futuro próximo. A boa notícia é que a taxa de mortalidade infantil de facto, tem vindo a diminuir de uma forma drástica e isto permite de alguma maneira equilibrar um pouco, assim como todos estes indicadores. O declínio da natalidade e da fecundidade, conjugado com a melhoria das condições gerais de saúde – indicada pela diminuição da taxa de mortalidade infantil e pelo aumento da esperança média de vida – conduziu a uma importante modificação estrutural da população portuguesa: ao fenómeno do envelhecimento demográfico, resultado da diminuição da população jovem e do aumento da população mais idosa, aliás, um aspecto que aqui também já foi referido. Em dois mil e um, a população com mais de sessenta e cinco anos superou, pela primeira vez, a população com idade inferior a quinze anos. Este é claramente um indicador preocupante da nossa pirâmide demográfica. Por outro lado, as migrações atenuaram o processo de declínio demográfico do nosso País, mas já estamos a voltar outra vez ao ponto inicial. De facto, o ritmo de emigração reduziu-se desde meados dos anos setenta – em setenta e três, por exemplo, era cento e vinte e três mil. No ano seguinte, mesmo após todas as restrições à emigração por toda a Europa, saíram do País setenta e um mil pessoas, oscilando hoje entre os vinte e os trinta mil emigrantes por ano, valores muito longe dos atingidos anteriormente. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em dois mil e oito viviam legalmente no País quatrocentos e vinte mil imigrantes, número que aumentou em dois mil e sete para quatrocentos e trinta e cinco mil e aí como sabem, um êxodo de saída de imigrantes, que ao não terem emprego no nosso País, obviamente estão a regressar aos seus países de origem. As transformações demográficas nas últimas três décadas tiveram, também, tradução ao nível territorial: em traços gerais, pode afirmar-se que se acentuaram as assimetrias regionais na distribuição da população. É bem visível hoje, o grosso da nossa população está situado no litoral do País e o interior está cada vez com mais desertificação e com tendência para agravar, à excepção, também sejamos justos, do nosso Município, do nosso Distrito, que é dos poucos que efectivamente sendo do interior, consegue combater esse mesmos indicadores e portanto, apresentando aqui também indicadores positivos. Agora vejamos no domínio da



família, também algumas evoluções que se verificaram, as famílias de grande dimensão – com mais de cinco pessoas – que representavam nos anos setenta cerca de dezasseis por cento, hoje são menos de três por cento das famílias existentes. Por outro lado, o número de famílias constituídas apenas por um indivíduo, é hoje cerca de três vezes maior do que em mil novecentos e setenta, o que também nos deve preocupar. Sublinhe-se neste campo a importância assumida recentemente pelas famílias monoparentais. Ao nível por exemplo da taxa de analfabetismo, aqui temos uma evolução positiva. De facto, nas últimas décadas, a taxa de analfabetismo tem registado uma tendência clara de redução: entre mil novecentos e setenta e dois mil e um, diminuiu treze, vírgula quatro por cento entre os homens e dezanove, vírgula quatro por cento entre as mulheres. Este é claramente um indicador e uma evolução positiva do Vinte e Cinco de Abril. Uma última referência a dados que se prendem com o ensino superior, também aqui um grande salto, mas nem sempre visível ao nível da economia e desenvolvimento do País. Portanto, ao nível do ensino superior, entre setenta e setenta e um, a taxa, por exemplo, de participação feminina era inferior à masculina, desde noventa e um essa tendência inverteu-se. E cada vez mais verificamos a participação das mulheres no ensino superior já superou as dos homens e tem-se vindo a alargar desde noventa e um até à actualidade. Neste ano, em dois mil e um por exemplo, a proporção de mulheres que frequentavam o ensino superior face ao total de mulheres com idade compreendida entre os dezoito e os vinte e quatro anos correspondia a quarenta e um por cento, enquanto nos homens aquela taxa se ficava pelos trinta e um por cento. Por outro lado, o número de mulheres com Mestrado/Doutoramento como nível de qualificação passou numa década, portanto, entre mil novecentos e noventa e um e dois mil e dois, de cerca de seis mil para vinte mil; nos homens, o acréscimo absoluto foi ligeiramente superior, mantendo-se, a supremacia deste segmento da população: em dois mil e um, residiam em Portugal, vinte e cinco mil homens com aquele nível de qualificação. São pois alguns dados que eu quis trazer nesta intervenção aqui, porque é bom reflectir sobre estes trinta e cinco anos de evolução. Sobre alguns aspectos são claramente positivos, todos o reconhecemos, mas também a encruzilhada que hoje se nos depara. De facto hoje, muitas encruzilhadas se deparam ao nosso País e ao Mundo, mas temos que falar sobre o nosso País. A crise internacional que se vive, o adiamento das reformas estruturais tem adiado o nosso desenvolvimento, o crescimento do desemprego, as falências com que nos deparamos no dia-a-dia, o desconforto face ao futuro, o pessimismo que coercivamente graça no nosso País, são questões que nos devem fazer reflectir. Trinta e cinco anos depois, não podemos deixar esmorecer os valores que estiveram na base da “Revolução de Vinte e Cinco de Abril”. Temos que continuar a pugnar por uma sociedade mais livre, em que a igualdade seja sempre presente e em que o valor da fraternidade seja uma constante. Independentemente dos combates políticos que travamos e são legítimos em democracia, das diferenças quanto às opiniões políticas do País, os valores que levaram o nosso País a escolher o caminho da liberdade e os nossos “Capitães de Abril” a fazerem a revolução, devem estar sempre presentes e deve ser na base do mercado e dos valores da liberdade que devemos continuar a construir Abril e a construir um futuro mais virado aqui para o nosso País. Muito Obrigado”.

-----O Senhor Presidente da Mesa, continua, dizendo o seguinte: “Muito bem, terminámos então a parte da Sessão Extraordinária, digamos assim, da nossa Assembleia Municipal. Eu convidava o Senhor Professor Daniel Bessa a juntar-se a nós aqui na Mesa e convidava-o também a fazer a sua intervenção, já de imediato. Não sei se quer fazer daqui ou do palatário, faça favor”.

-----SENHOR PROFESSOR DANIEL BESSA - Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Bom dia a todos, eu desejava começar por cumprimentar o Senhor Presidente o Senhor Deputado Almeida Henriques, os Deputados Municipais, enfim, as



autoridades presentes e os convidados. Antes de sair de casa a minha mulher disse-me, tu nunca saíste no Vinte Cinco de Abril que eu não fosse para longe, realmente é a primeira vez na vida que me vejo nesta situação de ser convidado para uma intervenção numa sessão como esta. Fui Presidente de uma Assembleia Municipal aí sim, portanto, houve ocasião de intervir, mas expressamente convidado por alguém que teve a atenção de se me dirigir e de me dirigir este convite nunca tinha acontecido. Queria agradecê-lo, queria dizer que ele me sensibilizou e me sensibilizou tanto mais quanto mais eu me habituei a ver nas pessoas que intervêm nesta data um estatuto que eu não tenho, são pessoas, digamos assim, autênticas referências da vida pública portuguesa. É evidente que eu tenho consciência de que estamos a nível local, nós normalmente o que tem uma expressão mais mediática são as cerimónias mais centrais, mas eu achei sempre que essa coisa de intervir no dia Vinte e Cinco de Abril era de uma responsabilidade muito grande e tinha que traduzir o reconhecimento por um percurso que não é manifestamente o meu. Portanto, a idade já não me falta mas o estatuto falta, falta certamente, portanto, muito obrigado e um enorme sentido de responsabilidade que vou procurar corresponder da forma como correspondi sempre durante toda a vida, dizendo genuinamente o que penso é a minha forma de servir. Não pensei durante a vida sempre da mesma forma, também não penso que isso seja assim tão grave como isso porque, digamos, a solução tem sempre que ser colectiva e cada um o contributo que se lhe pede é que diga genuinamente aquilo em que pensa e em que acredita a cada momento e cá estarão os outros para colectivamente apreciarem, fazerem, darem os seus contributos e assim se encontrar o caminho que teremos de percorrer. Vão trinta e cinco anos sobre a Revolução do Vinte Cinco de Abril e eu procurei o marco histórico anterior. Evidentemente que a revolução do vinte e oito de Maio, são duas revoluções de natureza diferente como é evidente. Quando eu nasci em mil novecentos e quarenta e oito, o vinte e oito de Maio tinha acontecido há, ele tinha sido a vinte e oito de Maio de vinte e seis, eu nasci em mil novecentos e quarenta e oito, o vinte e oito de Maio tinha vinte e dois anos e devo dizer que durante, portanto, eu estaria, digamos para o vinte e oito de Maio como aqueles que nasceram em noventa e seis e que têm hoje doze/treze anos de vida. Eu aos doze/treze anos de vida tinha ouvido muito pouca coisa sobre o vinte e oito de Maio, uma vaga alusão é evidente, do que se teria passado. Qualquer coisa que era uma revolução de certa forma fundadora de um regime político, mas aos treze anos de vida, o que eu sabia sobre o vinte e oito de Maio era praticamente nada. Acho que, aqueles que têm hoje doze/treze anos de vida sabem apesar de tudo, mais sobre o vinte e cinco de Abril do que eu sabia sobre o vinte e oito de Maio, para dizer que o vinte e cinco de Abril é recordado com mais carinho e com mais entusiasmo do que o vinte e oito de Maio. Sobre isso eu não tenho dúvida nenhuma, o vinte e oito de Maio foi a vitória de uma facção, foi a vitória de um grupo que foi fundamentalmente militar e que encontrou muito cedo os seus protagonistas civis, que procurou a seu modo pôr termo ao que era basicamente caracterizado como um ambiente de desmando e de desordem, estímulo hoje para citar qualquer tipo de entusiasmo popular, mesmo se é verdade que muita gente e muita gente de bem o aceitou. Não sei se algum dos presentes o aceitou, digamos assim, genuinamente como a resposta a uma necessidade objectiva, podia ter sido outra a resposta mas foi a resposta. O vinte cinco de Abril fica como um marco, digamos assim, de enorme adesão. Eu acho que não há verdadeiramente saudosistas do vinte e quatro de Abril, peço desculpa eu sei que nem toda a gente terá a mesma opinião, não tenho a mesma pretensão, de não estamos todos de acordo. Aquele o que eu vou dizer que não estejamos de acordo eu peço desculpa, mas é a minha forma de servir, é dizer o que penso, eu acho que saudosistas do vinte e quatro de Abril há muito poucos em Portugal, como saudosistas do vinte e oito de Maio de mil novecentos e vinte e seis, era enfim, um pequeno grupo folclórico com todo o respeito, que durante meia dúzia de anos ainda continuou a celebrar o vinte e oito de Maio sem o mínimo de adesão popular,



absolutamente nas margens, digamos da nova vida cívica. O vinte cinco de Abril recebeu realmente um enorme entusiasmo pois pôs termo a um conjunto de dificuldades, de arbítrios, de problemas que se tinham tornado insuportáveis, pôs termo a uma guerra colonial e a uma relação colonial, eu não tenho a pretensão de saber qual era, digamos assim, a verdadeira como é que os portugueses em geral viviam essa relação colonial, mas evidentemente que lhes custava morrer, ou ver os filhos e as famílias morrerem. Eu próprio arranjei um caminho de vida que me permitiu não servir militarmente, não me orgulho muito disso, mas condicionou realmente toda a minha vida, naquele momento procurar uma solução que não me fizesse ir para a guerra por medo. Não sei se por medo se por principio, seja pelo que for essa situação tinha-se tornado extremamente incómoda, não sei se tanto por principio se mais pelo inconveniente digamos e pelo, enfim, pela desgraça da guerra em si mesma. O vinte e cinco de Abril relevou o problema de um ditadura e sei que alguma das pessoas que celebraram o vinte e cinco de Abril, no dia vinte e cinco talvez tivessem celebrado a ditadura no dia vinte e quatro, não tenho a certeza digamos, sobre as convicções de toda a gente, mas é verdade que o regime político era, eu diria, geralmente odiado, combatido por muitos a seu modo não sei. Portanto, como os que combatiam a guerra colonial, mas esses dois problemas eram dois problemas que punham de uma forma obsessiva. Eu acho que o português comum, como somos nós todos, odiava a guerra e odiava a ditadura e o vinte e cinco de Abril deu resposta a essas duas questões. Havia claro problemas económicos e problemas sociais, mas aí eu acho que a leitura tem que ser ainda mais difícil. É evidente que Portugal do ponto de vista económico estava muito atrasado, nós já ouvimos aqui referir esse valor de menos setenta, cinquenta por cento da média comunitária e por tanto o nível de vida é mais do que metade dos países que nos serviam de referência, esse é um resultado realmente muito mau. Nós depois caminhamos para cerca de setenta por cento e agora há uns sete/oito anos para cá, estamos a regredir outra vez, mas a situação económica não era brilhante e a situação social era ainda pior do que a situação económica. Vou falar mais de economia, do económico do que do social, nós falámos muito do social esta manhã já aqui, eu diria quase na totalidade das cinco intervenções que ouvimos. Falámos menos do meu ponto de vista, do económico, sendo certo que as duas coisas têm que estar juntas, porque não há económico que se possa suportar, não há social que se possa suportar, desculpem que não seja um económico, aqui eu peço desculpa nós temos que estar de acordo com Marx, digamos assim, não é possível termos soluções sociais e realizações sociais que não sejam economicamente suportadas. Um dia qualquer a economia falará mais alto, ou se quiserem não é preciso ir à sabedoria digamos, de Marx, o senso comum que nos diz que é impossível distribuir o que não se produz, coisa em que mais prosaicamente estaremos todos de acordo. O vinte e quatro de Abril, ou a ordem criada no vinte e oito de Maio era realmente muito deficitária, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social, era ainda mais deficitária do ponto de vista social do que do ponto de vista económico. Devo dizer que estudei isso, foi enfim, do ponto de vista intelectual, foi o trabalho da minha vida, passei uns anos largos a olhar para tudo isso e a conclusão a que eu cheguei era que no dia vinte e quatro de Abril de mil novecentos e setenta e quatro era ainda um país rico de pessoas pobres. Quero dizer o quê com isso de país rico, se produz apenas metade da média europeia? Claro que isto tem de ser entendido talvez de uma forma um bocado mais apurada, a nossa produção era realmente muito baixa, mas o nosso consumo era ainda mais baixo, depois de treze anos de guerra colonial o Estado Português não devia praticamente nada a ninguém, não havia dívida pública em Portugal. Foram aparecendo as primeiras manifestações de apuro à medida que a guerra colonial foi evoluindo, o Estado foi abonando, digamos, a regra de ouro, do certo santo equilíbrio orçamental e lá se foi endividando, alguma coisa, mas era muito pouco. Não havia dívida externa em Portugal no dia vinte e cinco de Abril de mil de novecentos de setenta e quatro





pelo contrário, nós éramos credores mundiais, éramos uns dos poucos grandes credores mundiais. Esse crédito exprimia-se no ouro e na moeda estrangeira que estavam no banco de Portugal, digamos assim, resultou das vendas que nós fomos fazendo disto e daquilo e mais o que comprávamos e portanto o Banco de Portugal à data do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, acumulava ouro e reservas cambiais de valor considerável e nós éramos um grande credor mundial. As pessoas viviam realmente muito mal, mas não deviam nada a ninguém, nós ouvimos aqui já dizer que quarenta e picos por cento, quarenta e cinco por cento dos portugueses teriam nessa altura uma casa. Julgo que mesmo para a casa a dívida era baixíssima, era baixíssima mesmo para comprar a casa e não passava pela cabeça de ninguém fazer dívida para comprar um automóvel, ou para ir de férias, ou para fazer a festa de casamento, ou de baptizado, ou de outra coisa qualquer. Nós éramos realmente um País com uma base material muito baixa, muito pobre. Per capita menos cinquenta por cento da média europeia, onde as pessoas viviam ainda pior do que é sugerido por esta pobreza. Porque as pessoas viviam ainda pior, o Estado não devia, o País não devia, as pessoas não deviam. Não sei quem combateu nesse terreno, mas eu acho que o único combate político organizado pela causa social, mais do que pela económica. Acho que em Portugal esse tributo temos que o fazer, cabe ao Partido comunista, que durante o período da ditadura foi realmente a única força política que exprimia o grupo social, exprimia os interesses e a visão do proletariado do Alentejo, exprimia os interesses e visão do proletariado da grande Lisboa cada vez mais deslocado para sul. Esses eram dois grupos sociais muito penalizados que tinham encontrado a sua expressão política, combatia pelos interesses desses grupos, associou a esse combate uma visão económica no sentido muito, como sabem, da propriedade pública dos meios de produção e evidentemente que, combateu na esfera política, onde combateram outros, muitos outros, do meu ponto de vista muito mais por razões que eram da vida política propriamente dita e não tanto da vida económica e da vida social. O povo do norte respondeu às dificuldades económicas e sociais indo-se embora e portanto, não houve aqui uma resposta organizada da população, sobretudo esse rio maior que em determinado momento fez dividir o País em dois, esse rio maior que em determinado momento dividiu o País em dois. A norte de rio maior houve combate pela causa pública, pela causa política, houve combate pelas liberdades, não acho que tenha havido um combate consistente pelo social e pelo económico. A situação era a pior, mas há aqui uma última coisa que eu gostava de dizer, os últimos anos de ditadura tiveram um desempenho muitíssimo bom do ponto de vista económico. Durante os anos sessenta, talvez Portugal tenha crescido como nunca mais voltou a crescer e seguramente que cresceu de uma forma tão sustentável como nunca mais voltou a crescer, nos anos setenta, no início de sessenta, peço desculpa, muito por força pela integração na EFTA, Portugal consegui crescer rapidamente. Falo de cabeça, mas um número na casa do quatro por cento, provavelmente mais em média sobre os anos sessenta, é um número muito aceitável conseguido, sobretudo, na base das exportações e de investimento para exportar e que permitiu já na fase final do salazarismo e sobretudo com o marcelismo uma melhoria significativa em matéria de condições de vida. Portanto, se o resultado global era muito mau derivada à evolução, não era tão má como isso, como eu vos digo, o vinte e cinco de Abril não foi capaz, de gerar uma década de tanto crescimento como os anos sessenta. Resolvemos o problema colonial. Temos hoje uma relação mesmo até do ponto de vista económico mais extensa, nomeadamente com Angola do que tínhamos ao vinte e cinco de Abril, a essa data a relação era praticamente nula do ponto de vista económico. Hoje Angola é o quarto destino das exportações portuguesas, é o maior destino de investimento português no exterior e é um dos maiores financiadores da economia portuguesa sobre forma de investimento directo em Portugal e foi tão longe que eu até acho excessivo e acartando no seu seio, ou no seu ventre alguns perigos, mas não é a altura de falarmos disso. Portanto, o Problema colonial foi resolvido,



o problema político foi resolvido, nós hoje temos e teremos muito que falar sobre a qualidade da nossa democracia, isso foi aqui bem patente hoje mas, qualidade é uma coisa, outra é a ordem jurídica que está instalada e portando, Portugal é hoje um País assumidamente democrático, com problemas como é evidente, que por ventura se terão agravado, mas não gostaria de entrar aqui nesse ponto de agenda. O que eu acho que o vinte e cinco de Abril resolveu pior foi a questão económica, resolveu razoavelmente ou até bem, a questão social mas resolveu muito mal a questão económica e se o vinte e quatro de Abril tinha melhor desempenho do ponto de vista económico, do que do ponto de vista social e por isso se falava naquilo que eu há pouco falava de um País rico de pessoas pobres, o vinte e cinco de Abril e os anos que se lhe seguiram. O vinte e cinco de Abril coitado tem trinta e cinco anos, não é para aqui chamado do meu ponto de vista, deu-nos uma plataforma política que nós usamos, o que corre menos bem não é do vinte e cinco de Abril a responsabilidade. O que corre menos bem, a responsabilidade é nossa e se o vinte cinco de Abril pôs termo, a um País como eu dizia, rico de pessoas pobres, porque tendo uma economia medíocre, tinha uma vida social e níveis de vida ainda mais medíocres. O vinte e cinco de Abril e o que nós fizemos dele criou a situação oposta o que as nossas realizações e os nossos sucessos no plano social e no nível de vida ultrapassam em muito as nossas realizações e os nossos sucessos no plano económico. Portugal passou de um País rico de pessoas pobres, para um País pobre de pessoas ricas. Portugal deixou de ser uma injustiça transformou-se numa impossibilidade e era sobre isto que eu gostava de conversar um pouco mais. O governo do Doutor Mário Soares aproximou-nos da Europa e eu acho que muito bem, muito do que nós somos hoje no plano económico deve-se realmente a esse momento de génio e também onde foram feitos valer créditos construídos ao longo de uma vida. Às vezes nós brincamos com o “mon ami” , o “mon ami” não apenas em França, mas também na Alemanha, essa teia de relações e cumplicidade que foi sendo construída na oposição e depois nos tempos do exercício do poder permitiu-nos uma entrada na União Europeia eu diria mais rápida, eu diria bem mais rápida daquilo que se podia imaginar, Portugal foi admitido na União Europeia e foi admitido como eu costumo dizer, como um pobre num clube de ricos, de que eram excluídos todos os outros pobres e não há pobre nenhum que não se reveja numa vantagem destas. Entrámos na União Europeia com os custos salariais mais baixos e recebemos uma competitividade que evidentemente, pela via do custo foi muito importante houve muito investimento estrangeiro que veio para este País para aproveitar esse diferencial de custos que, depois com a entrada na União Europeia permitia fazer aqui e vender lá, digamos, coisa que não era possível fazer nos países que estavam, fora da União Europeia. Eu gostava sobretudo de referir de novo, acho eu, porque não foi a mão do mercado foi a vontade política e o capital político do Doutor. Mário Soares, a importância que os alemães tiveram na modernização da economia portuguesa, do ponto de vista económico. As grandes realizações que a economia portuguesa apresenta estão de uma forma ou de outra ligadas a investimento estrangeiro e sobretudo a investimento alemão e é isso também que agradeço, é um investimento que se fez sobretudo, aproveitou os custos mais baixos, mas modernizou a economia portuguesa nós hoje, a Quimonda é Siemens, foi Siemens já a perdemos digamos, o nosso maior fantasma é perder a AutoEuropa leia-se Volkswagen e depois temos uma série de grandes empresas alemãs que modernizaram o nosso País Outros vieram a par, o vestuário, o calçado, aproveitando a mão-de-obra barata, mas já foram todos embora. A UE trouxe-nos a abertura comercial, a EFTA já tinha trazido a UE acrescentou. A UE trouxe-nos um investimento estrangeiro, sobretudo um investimento directo alemão, a UE trouxe-nos os fundos, Portugal beneficia há vinte e alguns anos de transferências líquidas, na casa começaram por ser pouco mais de três por cento do PIB, agora rondarão os dois por cento do PIB, mas se eu fizer uma média, não andará longe dos três por cento. Nestes vinte e tal anos, nós recebemos o equivalente a



sessenta, ou setenta por cento do PIB dado, digamos assim, a fundo perdido pela EU. Isso foi decisivo para a modernização da economia portuguesa a abertura dos mercados, o investimento directo do estrangeiro que veio explorar as oportunidades oferecidas por essa abertura. Os fundos que a União Europeia nos ofereceu, eu acho que se explica quase tudo da progressão dos setenta, dos cinquenta para setenta da média comunitária de que nos deixamos, de que nos conseguimos realizar. Os últimos anos tornaram-se muito difíceis, mas não foram apenas os últimos anos, o nosso desempenho do ponto de vista económico, como eu disse, foi sempre muito mais medíocre do que o desempenho no plano social. Três anos depois do vinte e cinco de Abril, nós tínhamos gasto uma grande parte das reservas cambiais, ficamos, não gastamos o ouro todo, a reservas tinham sido gastas o ouro foi gasto apenas numa pequena parte, mas em mil novecentos se setenta e sete nós tivemos que ir bater á porta dos credores que começaram a financiar-nos, nós tínhamos gasto as reservas todas. Começávamos a consumir muito mais do que produzíamos, e os credores foram emprestando e um dia fizeram valer a sua força e portanto, nós tivemos que ir ter com o Fundo Monetário Internacional, era Primeiro-Ministro o Doutor Mário Soares, era Ministro das Fianças o Doutor Vítor Constâncio. Vão trinta e dois anos e pela primeira vez nós tivemos que recorrer aos credores externos e tivemos que recorrer aos credores externos porque o contexto internacional tinha mudado, mas porque também tinham mudado, diria eu, radicalmente a orientação da política interna, passando a privilegiar muito mais a distribuição do que a produção, com a ajuda do FMI. Nós equilibrámos as contas, até que em oitenta e três/oitenta e quatro, vamos de novo bater á porta do Fundo Monetário Internacional, era um Governo do Bloco Central, como já ouvimos aqui hoje. O Doutor Mário Soares de novo como Primeiro-Ministro, Arménio Lopes como Ministro das Finanças, tivemos que ir bater á porta do Fundo Monetário Internacional de novo numa situação de extremo sufoco e foi o Fundo quem acabou, eu não digo que o Fundo resolveu o problema mas o Fundo deu aos gestores nacionais o imprompt de que eles necessitavam para poderem resolver o problema. Em mil novecentos e oitenta e quatro o salário médio em Portugal terá descido uns doze por cento duma vez só, com uma taxa de inflação de mais de trinta por cento e com uma subida salarial que rondou os dezassete dezoito por cento e portanto num ano só os salários caíram em Portugal doze por cento. A partir de oitenta e seis as coisas começaram a correr muito melhor com os fundos da União Europeia. Os fundos da União Europeia começam verdadeiramente a entrar antes disso, tinha havido as ajudas de pré adesão as coisas começaram a correr muito melhor e nós, alguns de nós podem falar do PIB de oitenta e seis/ dois mil, como um período dourado, mesmo com a recessão de noventa e três pelo meio, a economia portuguesa voltou a crescer razoavelmente, voltou a crescer bem e nós aproximamo-nos da média europeia nesses catorze, ou quinze anos muito suportados pelo acerto de contas que o Doutor Honório Lopes tinha conseguido, muito suportados pelos fundos comunitários, muito suportados pelo investimento directo estrangeiro, nomeadamente Alemão. Mas também crescemos, no meu ponto de vista mal, no que se referiu a decisões económicas internas, muito suportados pelo gasto público, muito suportados por dívida pública, muito suportados pelo consumo público e também privado. Foi aí que eu acho que se criou um País impossível, um País impossível não me refiro, convenhamos um País com oito séculos com esta história, digamos, impossível nas condições de funcionamento concretas a que chegou, impossível nas contas a que chegou e que são absolutamente insustentáveis. O português médio deve hoje cento e trinta por cento do seu rendimento, precisa de trabalhar quinze meses para pagar a dívida. O Estado Português deve hoje sessenta e muitos por cento perto dos setenta por cento das suas receitas, o País deve ao exterior mais de cem por cento do seu Produto Interno Bruto. É preciso tudo aquilo que fazemos durante um ano para pagar a dívida externa, o País endivida-se por dia ao exterior à razão de dois milhões de euros por hora. Nós temos todo o direito de nos orgulharmos das



melhorias que conseguimos introduzir nos nossos níveis de vida, aqui demonstrada inequivocamente, mas nós necessitamos absolutamente dum sub salto cívico que diga de uma vez por todas, que este nível de vida não pode sustentar-se com esta base económica e que ou nós somos capazes de melhorar dramaticamente a nossa base económica, ou o nível de vida cairá dramaticamente. Acho que celebrar Abril hoje, é chegar a esta constatação e reunir as forças para a podermos resolver. Eu disse que nós não fomos muito bons em economia, esse é talvez o nosso ponto mais fraco e não fomos capazes, não valorizamos isso e não fomos capazes de nos organizar politicamente para resolver esse problema, se é que esse problema pode ser resolvido economicamente, por que o Estado pode distribuir e distribui, produzir é uma coisa mais complicada e nós como eu dizia, fomos mais longe por recurso à acção política na distribuição do que fomos na produção e não é um problema de agora é um problema de sempre, porque o atraso de Portugal não é de agora, é de sempre, é uma coisa que tem séculos e tem razões muito profundas que precisam de ser endereçadas e atacadas de uma vez por todas. Esta questão é muito pouco discutida internamente, eu vejo-a mais discutida na primeira página do Financial Times todos os dias, do que em toda a imprensa portuguesa, ou em todos os jornais de referência. Compro três jornais diários, assino dois jornais económicos, entram em minha casa cinco jornais por dia, para não falar nas revistas e jornais de fim-de-semana, eu aprendo mais sobre a situação portuguesa na primeira página do Financial Times do que em toda comunicação social portuguesa que leio durante a semana e ao fim-de-semana. O problema não é apenas nosso, evidentemente que a crise agravou o nosso problema e trouxe outros ao mesmo patamar de dificuldade. Hoje na União Europeia a coisa é clara os que estão na área do euro, os que estão fora da área do euro, serão tratados pelo Fundo Monetário Internacional como nós fomos e portanto, Hungria, Republica Checa, Polónia, Roménia, um dia, umas vezes à encurta outras vezes enfim, a ver onde as modas param, quem cuidará desse problema é o Fundo Monetário Internacional. Os que estão na área do euro, a questão será tratada pela Comissão, nós não teremos em Portugal o Fundo, mas podemos ter em Portugal a Comissão e teremos em Portugal a Comissão se não fomos capazes de rapidamente nos pormos de acordo numa solução política no que isso seja possível fazer, porque eu não sei modestamente, humildemente, eu não sei o que é que é possível fazer na política pela base económica, mas alguma coisa seguramente há-de ser e nós temos que nos por urgentemente de acordo sobre uma solução política para potenciar a base económica. Se não formos capazes de o fazer por conta daqueles credores, acabámos de pedir dois milhões de euros por hora, um dia a Comissão entrará aqui e começará a resolver o problema e começará a resolver o problema não tanto melhorando a nossa base económica, mas reduzindo as nossas realizações sociais, a escolha é nossa. Eu tenho pena que depois do vinte e cinco de Abril, os portugueses tenham galvanizado tão poucas vezes, tenham estado tão poucas vezes de acordo e se tenham tão poucas vezes deixado galvanizar por um empreendimento colectivo. Custa-me dizer-lo mas eu respeito o Senhor Escolari, consegui pôr-nos todos de acordo lutando por uma causa comum e comprável à causa do futebol, talvez só possam encontrar nestes últimos trinta e cinco anos, depois daqueles momentos inebriantes de Abril a causa de Timor, talvez menos efusiva mas eu acho que os dez milhões de portugueses estiveram sintonizados na causa de Timor, mas se eu tiver que encontrar uma bandeira para a causa de Timor, não são os partidos políticos é o general Ramalho Eanes. Eu acho que os partidos políticos e as forças políticas têm que encontrar. Nós vamos discutir e vamos discordar, mas nós temos que encontrar um projecto que nos ponha todos de acordo e nos ponha todos a trabalhar no sentido de melhorarmos a nossa base e económica sem a qual, sem apelo nem agravo, as nossas conquistas sociais regredirão. É sobretudo uma responsabilidade dos partidos do centro, ou dos partidos, que se diz que constituem o arco do Governo, ou então é a expressão depreciativa, disso onde eu não queria entrar, esses partidos estão numa enorme



dificuldade, cuja expressão digamos assim, mais óbvia são os resultados, mas é sobretudo a sua dificuldade em concitarem a adesão dos portugueses os votos desses partidos. Juntos provavelmente estão a cair e provavelmente continuaram a cair para as forças colocadas assim nos dois extremos do espectro político, CDS, Bloco de Esquerda e Partido Comunista, os três juntos valem cada vez mais, tenderão a valer cada vez mais, no que eu vejo, uma pura expressão de descontentamento, não sei até onde é que irá o seu peso político, sei é que á medida que o seu peso político crescer a ingovernabilidade crescerá. Portanto, a solução não pode construir-se pelos extremos com que a ingovernabilidade crescerá, a solução tem que se construir a partir do centro englobando os extremos, porque eu acho que assim como estivemos de acordo de volta da equipa de futebol e assim como estivemos de acordo e estava certamente o CDS, ou Bloco de Esquerda, ou o PC, em torno da equipa de futebol e estava gente do CDS, ou Bloco de Esquerda, ou o PC, em torno da causa de Timor eu acho que é possível, tem que ser possível construir um consenso sem o qual tudo aquilo de que hoje nos orgulhamos aqui, se perderá. Era o que eu tinha para dizer”. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa no seu lugar, intervêm proferindo as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Professor Daniel Bessa a expectativa que tínhamos foi perfeitamente cumprida e assistimos aqui de facto a uma magistral intervenção que mostrou-se, imobilizou durante todos os minutos em que ela decorreu. Não temos muito tempo mas penso que qualquer sessão que não tenha debate não é uma sessão com riqueza que gostamos de dar, portanto eu abriria aqui uma curto período, sei lá, para duas, três pessoas que assim o pretendam, para poderem aproveitar para colocar questões aqui ao Professor Daniel Bessa sendo que lhe pedia que fizessem aqui no palatário muito curtinhas para que possa ser captada através das câmaras”. De imediato dá a palavra a Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

-----SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: Senhor Presidente, Senhores Presidentes, Executivo, Senhores Vereadores, caros convidados, Excelentíssima Comunicação Social, não tinha ideia nenhuma de intervir mas a intervenção do Doutor Daniel Bessa suscitou a minha vontade de vir aqui dizer realmente qualquer coisa sobre o que aqui foi dito e depois dessa sua intervenção brilhante que raramente, me permita dar os parabéns, eu só gostaria aqui de colocar a questão se pensa realmente como eu que o único caminho no meio disto tudo e cada vez mais se acentua essa vertente nós temos que mudar as mentalidades, mudar a postura, mudar a nossa forma de ver o mundo, se estar na economia, se estar na política, e que essa passagem é forçosamente cedida na escola desde o pré-escolar ao ensino universitário, é apenas este partilhar desta minha constatação de que a mudança de ser cidadão, a forma de ser e de estar na vida política e na vida social e na vida económica se constrói diariamente na escola e como é que vê as universidades possam com a autonomia que tem alterar a formação de professores que são eles os grandes actores neste grande papel. Obrigada”. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra o Senhor Deputado Hélder Amaral. ----

-----SENHOR DEPUTADO JOSÉ HÉLDER DO AMARAL (CDS/PP) – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Muito obrigado Senhor Presidente, conciso e breve, não direi mais nada, porque me sinto hoje perfeitamente vingado basta ler o meu último e aplaudido discurso desta mesma assembleia, interpondo com grandes aplausos, ao discurso do Senhor Professor Daniel Bessa, quem aproveitou para cumprimentar disse aquilo que eu deixei de ter coragem para dizer, mesmo na Assembleia da República que é uma análise auto crítica porque ela nos leva não à perfeição mas pelo menos solução e resolução de alguns dos nossos problemas, que ele hoje deu aqui um grande contributo, mas eu também não queria sair daqui com um clima tão depressivo com esse quase estado impossível ou com essa impossibilidade do nosso futuro, disse coisas que levariam a dizer





algumas barbaridades sob os fundamentos do vinte e cinco de Abril não vou cair nessa tentação mas disse coisas importantes, disse coisas que nós enquanto povo, cidadãos portugueses, quase nunca ou em raros momentos da nossa história tivemos mérito nos sucesso que alcançamos e quase que perspectivou bem que para mim é uma boa notícia, sou representante do CDS/PP perspectivou um crescimento do partido nesse aspecto vou daqui confortado mas aquilo que eu gostava que me pudesse explicar um pouco melhor é se é possível identificar bocados não de forma tão genérica, aquilo que me parece é nós não fomos capazes, hoje ficou claro que os méritos que alguns tem para si como pessoais tem um fundo nos fundos. Que hoje o Estado Português continua naquele problema que identificou, nós falamos mais e foi hoje aqui patente nas intervenções e é patente na acção no Parlamento em redistribuir aquilo que por vistos não temos do que propriamente em criar. Eu gostava de perguntar se isso é de facto uma fatalidade ou se devemos ter alguma esperança no iniciada recuperação económica da Alemanha, se é uma luz ao fundo do túnel e parece que a Inglaterra também já tem dados de que tá em retoma e se de facto nós temos ou não um problema grave com aquilo que é o Estado, o papel do Estado, o Estado enquanto administração, despesa pública corrente, despesa que temos com a própria máquina do Estado, e se entende ou não que é exactamente aí que nós deveríamos actuar e que é exactamente aí que os dois partidos que são a solução foram o problema. Muito Obrigado”.

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra o Senhor Deputado Correia de Campos. -----

-----**SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Professor Daniel Bessa, o Senhor é provavelmente uma das pessoas que melhor conhece a economia portuguesa e a indústria, a economia produtiva nacional e a indústria sobretudo a norte de Rio Maior e como me parece que tem ideias próprias sobre as capacidades do desenvolvimento da nossa indústria, gostaria que temperasse um pouco o péssimo com que tende a deixar-nos, com alguma esperança em relação como é que o Senhor vê a recuperação e a modernização das indústrias do norte sobretudo, quer aquelas que tem uma raiz tradicional como o têxtil e o calçado, mais facilmente na segunda do que na primeira provavelmente mas quer outras que tenham e que possam contribuir para uma melhoria da nossa situação e uma segunda e muito rápida pergunta saber se o facto de os cedentes da economia alemã, um dos três países do mundo, com cedentes, China e Japão, se é possível no contexto internacional convencer de alguma forma os alemães a mudarem os seus mecanismos de alta defesa sobretudo num ano que também é eleitoral ou pré-eleitoral para eles. Muito Obrigado”. ---

-----O Senhor Presidente da Mesa dá a palavra o Senhor Professor Daniel Bessa. -----

-----**SENHOR PROFESSOR DANIEL BESSA** – Usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Eu gostava de começar por agradecer a atenção com que as pessoas me ouviram, a salva de palmas, eu entendia como uma expressão de circunstância e depois os comentários digamos mais assim próprios e mais pessoais das três pessoas que falaram. Eu nisso sou pessimista e a última coisa que eu gostaria de criar aqui era uma ideia de pessimismo. Como alguns sabem tenho andado aí pelo país acompanhado a sessões bancária, quinhentas, seiscentas, mil pessoas de cada vez, terça ou quarta-feira seguinte é a nona vez que vamos fazer isso, e eu costumo dizer no fim dessas sessões que a boa notícia é que amanhã nós vamos trabalhar e portanto amanhã, amanhã é domingo mas segunda feira as oito horas, ou as nove ou as dez nós lá estaremos, portanto eu não sou pessimista e tenho uma admiração enorme pela capacidade do povo português, porque, e por muitas outras coisas que o povo português tem digamos assim, por exemplo a nossa abertura, a multiculturalidade, por essa coisa tão fantástica de uma mulata, não há aqui nenhum macho que não se sinta indiferente a uma mulata, que mais nenhum povo do mundo foi capaz de fazer e que eu acho que noto uma grande abertura e também uma enorme



capacidade de sofrimento, as duas coisas ao mesmo tempo, lá vem do principio, eu tenho um enorme respeito pela nossa capacidade de realização, agora também é verdade que a maioria a sua capacidade de realização só se afirma quando nós estamos verdadeiramente conscientes das dificuldades, foi isso que eu tentei dizer. O País tornou-se numa possibilidade com a situação que criou do desencontro total entre aquilo que absorve e aquilo que produz. E portanto este é o ponto de partida indispensável porque a gente na segunda-feira estamos com as mangas arregaçadas comece a trabalhar. Comece a trabalhar a nível político e comece a trabalhar a nível empresarial. Como disse eu não tenho a certeza desde que seja possível resolver um problema destes a nível político é que isto ultrapassa muito. A politica tem os seus limites, não é a politica que faz a empresária, nem empresas, já foi o tempo e não correu bem, não correu bem aqui nem em sitio nenhum do mundo e portanto temos que ser nós, a politica terá que ajudar, mas eu respondendo a intervenção do meu amigo digamos assim Professor Correia de Campos, eu acho que pela primeira vez nós temos que contar connosco, os alemães estão a apoiar, pois esses dois milhões de euros por hora vem quase todos da Alemanha. Esses dois milhões de euros por hora são, os empréstimos são contraídos no exterior, em quatro bancos, não fizeram mal nenhum mas nós mandamos os nossos cheques são para pagar ao exterior e depois é preciso lá ir buscar o dinheiro, estou a falar BCP, Caixa Geral de Depósitos, BES e BPI, são os quatro bancos, digamos o Totta já trata de outras vidas e é o tesoureiro do Estado. Digamos as pessoas que vem aqui buscar os dois milhões de euros por hora lá fora são cinco e do lado de lá está o Deutche Bank, e o ABN e não está muito mais. Portanto os alemães estão a apoiar financeiramente, eu acho que vai ser muito difícil atrair investimento no estrangeiro, mesmo alemão nos próximos anos, provavelmente teremos que pagar que o que temos não se vá embora. Portanto, isso seria muito mau, nomeadamente a industria automóvel colapsasse, vai ser preciso fazer um esforço para manter a industria automóvel e nós temos sobretudo que apoiar as pequenas e pequeníssimas empresas que estão a nascer em Portugal. Viradas todas elas para exportação ou pequena exportação tem que ir buscar o dinheiro que nos vai dispensar de ir buscar dois milhões de euro por hora ao exterior. Eu revejo-me na IFACEC, DIAL, Scriptsoftware, eu revejo-me em tantas outras empresas. A maior parte delas, ainda muito pequenas, muito emergentes, eu acho que o erro maior dos anos noventa foi nós termos criado um mercado interno de consumo privado e público que dispensou as empresas portuguesas de exportarem e de terem que procurar mercado no exterior. Hoje com o mercado externo muito mais contraído, continuará contraído, as empresas portuguesas tem que se virar para o exterior, as próprias grandes empresas da construção civil e obras públicas estão a exportar. São emitidas por ano facturas de centenas de milhões de contos, de euros por trabalhos de construção civil realizados no exterior. É um bom caminho, o bom caminho não é pedir ao Estado que gaste mais, para eu facturar cá dentro e depois ir pedir lá fora para pagar. Nós temos que exportar. Nós temos que exportar a construção civil e obras públicas viram-se para o exterior e muito bem. Algumas empresas de referência estão viradas para o exterior e muito bem, a grande maioria das empresas que hão-de resolver o nosso problema, eu diria que se ainda mal nasceram, estão para nascer. Mas acreditem em coisas muito bem feitas que este governo por exemplo promoveu, os pólos de competitividade por exemplo, as empresas estão a ser criadas na área do software e em volta da Universidade do Minho, as empresas da área da saúde, estão a ser criadas à volta da Universidade do Porto, da Universidade de Coimbra, também, essas coisas, todas essas coisas, o apoio que está a ser dado à sofisticação tecnológica do têxtil, do calçado, essas coisas que estão a ser feitas, que são insuficientes, mas que já estão a ser feitas, potenciadas eu acho que é por aí que virá digamos, é preciso exportar. Quanto mais o Estado Português gastar, e quanto mais os portugueses gastarem maior vai ser o deficit externo e maior vai ser o endividamento. A mãe da solução têm que ser exportar,



evidentemente que quantos mais educados nós estivermos a todos os níveis, as pessoas e as entidades que as ajudam melhor será. Hoje infelizmente surgiu aqui um outro problema, não surgiu aqui hoje nesta sessão, mas hoje Portugal, se há área em que está em dificuldade e que provavelmente se envergonha é a área da justiça, mas antes da área da justiça, Portugal tem um resultado muito fraco do ponto de vista educativo. E essa é uma das áreas onde vai ser preciso continuar a melhorar. Portanto por favor a última coisa que eu gostava era ter criado uma onda de falta de confiança, porque o pior que nos pode acontecer é não nos inquietar e julgar-mos que isto é possível, não é. Quanto mais nos desassossegarmos e quanto mais nos convencer-mos do buraco, da impossibilidade onde estamos metidos mais nós encontraremos energia de que precisamos para sair dele. Foi isso apenas que eu tentei fazer”. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa usa da palavra para intervir da seguinte forma: “Muito Obrigada Senhor Professor Daniel Bessa, nós estamos a aproximar do final da sessão, não queria deixar de vos pedir que nos desloquemos lá para baixo para o Solar do Vinho do Dão, será o sítio onde será servido o almoço, os agradecimentos finais, por um lado a Autarquia, o apoio que deu e na disponibilização dos meios que permitiram a comunicação nesta sessão, à Escola Profissional Mariana Seixas, que vejo aí o Doutor Rui Santos, que há pouco não estava, agora olhos nos olhos o meu agradecimento, e também ao Paulo Nabais e a toda a sua equipa, ao Instituto Politécnico na pessoa do Doutor Fernando Sebastião, à Viseu TV e também à Rádio no Ar e ao Jornal do Centro que emitiram em directo esta sessão. A todos os nossos convidados, uma referência que ainda não tinha feito, ao Senhor Juiz Conselheiro, é sempre um gosto vê-lo nestas sessões comemorativas do vinte e cinco de Abril, e a todos os convidados presentes, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta, muito obrigado pela vossa presença, e está na hora do almoço. Senhor Professor Daniel Bessa muito obrigado, muito obrigado também pelo gosto que nos deu em estar aqui e pelas suas palavras. Está encerrada a Sessão”. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão às treze horas e dezanove minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_ Primeiro Secretário a secretariar a Sessão Extraordinária comemorativa do trigésimo quinto aniversário do Vinte e Cinco de Abril, desta Assembleia Municipal e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
(António Joaquim Almeida Henriques)